

UM OLHAR PARA A ABSTENÇÃO ELEITORAL EM 2014

Luís de Brito

INTRODUÇÃO

Desde 2004, os processos eleitorais de nível nacional em Moçambique (eleições presidenciais, legislativas e de membros das assembleias provinciais) têm sido caracterizados por uma elevada taxa de abstenção. Com efeito, desde o processo eleitoral de 2004, mais de metade dos potenciais eleitores optaram por não participar no voto. Por exemplo, nas últimas eleições (2014), a taxa oficial de abstenção foi de 52,6%.¹ No entanto, se considerarmos o número de potenciais eleitores calculado pelo Instituto Nacional de Estatística, a taxa real de abstenção, nesse ano, terá sido cerca de 58%. Assim, a questão da abstenção é incontornável no estudo do comportamento eleitoral em Moçambique. Este artigo apresenta uma primeira tentativa para perceber quem são os abstencionistas e quais são os principais factores que conduzem à abstenção.

Os dados apresentados e analisados neste texto foram obtidos no quadro de um inquérito por questionário conduzido por uma equipa de pesquisa do IESE em 2015. A pesquisa abrangeu os distritos de Manjacaze e Murrupula, bem como a cidade da Beira. Embora o conjunto das amostras dos três locais não constitua uma amostra estatisticamente representativa a nível nacional, a sua diversidade e tipicidade (cobrindo áreas rurais e urbanas e abrangendo áreas de forte influência dos três principais partidos, distribuídas pelas três grandes regiões do País) permitem obter resultados muito próximos dos que seriam produzidos por uma amostra representativa da população nacional.

Não obstante uma percentagem importante de abstencionistas inquiridos tenham declarado ter votado², foi possível dispor de um efectivo de 629 abstencionistas, um número que já

¹ A taxa oficial de abstenção em Moçambique corresponde à percentagem dos eleitores recenseados que não votaram. Nas primeiras eleições multipartidárias (1994), a abstenção oficial foi de 13%, e, nas eleições de 1999, foi de 30%.

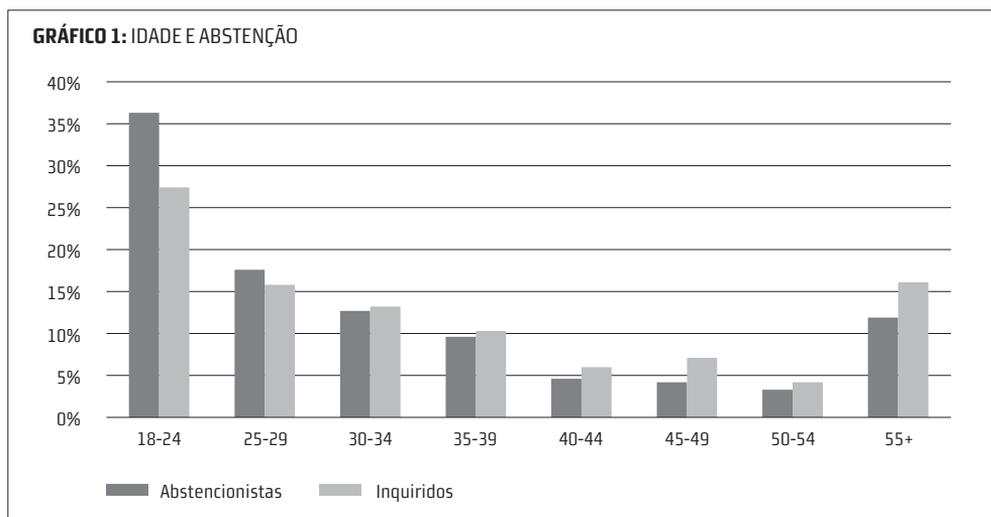
² De acordo com os resultados do inquérito, teria havido apenas 20% de abstencionistas em cada um dos três locais de pesquisa. Ora, segundo os resultados oficiais, a abstenção foi: 69% em Murrupula, 44% na Beira e 42% em Manjacaze. Houve, pois, uma percentagem de abstencionistas (cerca de 20% na Beira e em Manjacaze e perto de 50% em Murrupula) que disseram ter participado no voto, mas que, efectivamente, não votaram.

permite uma exploração estatística das suas características, a comparação entre a população de abstencionistas e a população de votantes e a formulação de algumas conclusões, ainda que indicativas³.

O texto apresenta, em primeiro lugar, as principais características sociodemográficas dos abstencionistas. Num segundo momento, são apresentados dados que permitem ver que a abstenção inclui também uma dimensão de distância em relação à política e, finalmente, complementando o ponto anterior, são apresentados dados sobre a diferenciação da abstenção, mostrando que esta é mais importante entre os simpatizantes da oposição.

QUEM SÃO OS ABSTENCIONISTAS

Os abstencionistas são maioritariamente jovens, tal como se pode observar no Gráfico 1, havendo 54% que têm uma idade compreendida entre 18 e 29 anos. Estes dados mostram que a idade é um factor da abstenção, pois se não fosse um factor relevante, seria de esperar que a percentagem de não votantes jovens fosse semelhante, ou pelo menos próxima, à sua percentagem na distribuição etária da população moçambicana, que é apenas ligeiramente superior a 43% para as classes de idade aqui consideradas.⁴



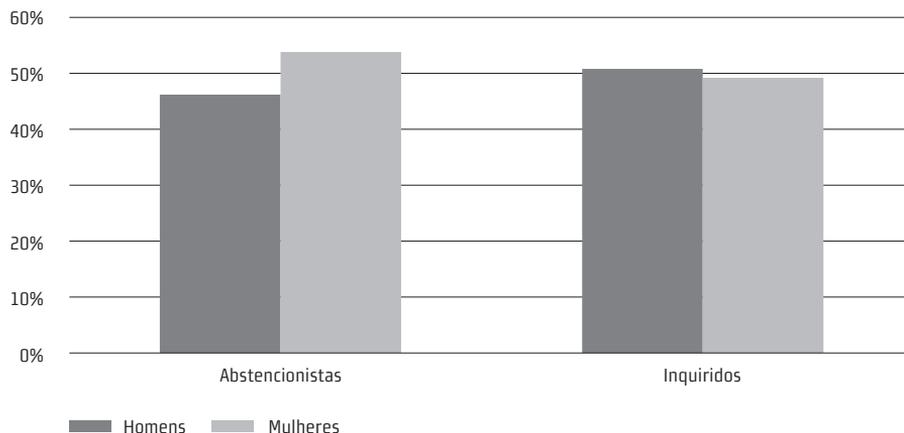
³ É óbvio que, considerando que um grande número de abstencionistas não se reconheceu como tal, os valores estatísticos encontrados não são necessariamente os valores reais. Portanto, o que realmente conta para entender o fenómeno da abstenção com os dados disponíveis são as relações e as diferenças que se podem observar entre as diferentes categorias analisadas.

⁴ A distribuição etária dos inquiridos corresponde quase perfeitamente à distribuição etária da população moçambicana.

Ao contrário, como se pode ver no gráfico, em todas as restantes classes de idade (a partir dos 30 anos) a tendência inverte-se, havendo uma percentagem de abstencionistas inferior à sua participação na distribuição etária do País. Embora nas classes de idade compreendidas entre os 30 e os 39 anos a percentagem de abstencionistas seja menor que a respectiva percentagem em termos de população, a diferença é muito reduzida: 12,7% de abstencionistas para 13,2% da população na classe de idade entre os 30 e os 34 anos e 9,6% de abstencionistas para 10,3% da população na classe de idade entre os 35 e os 39 anos. Ao contrário, nas classes de idade a partir dos 40 anos a diferença entre a percentagem de abstencionistas e a da população tende a subir: 4,6% de abstencionistas para 6% da população na classe de idade entre os 40 e os 44 anos, 4,2% de abstencionistas para 7,1% da população entre os 45 e os 49 anos, 3,3% de abstencionistas para 4,2% da população entre os 50 e os 54 anos e 11,9% de abstencionistas para 16,1% da população com 55 anos ou mais. Há, pois, uma nítida tendência para o aumento da participação eleitoral a partir dos 40 anos, com destaque para os mais idosos. Ou seja, há um contraste muito acentuado entre as jovens gerações nascidas depois do Acordo Geral de Paz (1992) e as gerações mais velhas, que conheceram o período monopartidário e a guerra. Este contraste permite colocar a hipótese de uma parte da abstenção dos jovens resultar do contexto histórico e da diferente experiência de socialização política de cada um desses grupos, pois, ao contrário dos jovens, que cresceram num ambiente de liberdade política (institucionalizada pela Constituição de 1990 e confirmada pelo Acordo Geral de Paz de 1992), os mais velhos tiveram uma experiência de vida marcada por um ambiente político de tipo autoritário e de forte controlo social partidário e estatal, daí resultando provavelmente uma menor disposição para o incumprimento do dever cívico do voto. Por outro lado, a maior integração social e profissional dos mais velhos reflecte-se também numa maior tendência para a participação eleitoral.

Embora não se apresente com o mesmo peso que o factor «idade», o «sexo» também aparece como um dos factores sociais da abstenção. Tal como acontece com os jovens, constata-se que há uma sobre-representação de mulheres no seio dos abstencionistas: as mulheres eram 49,2% das pessoas inquiridas, mas são 53,8% dos abstencionistas (Gráfico 2).

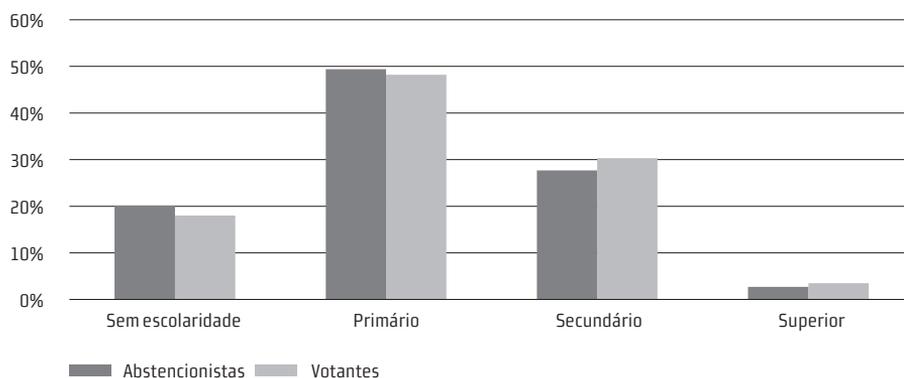
GRÁFICO 2: SEXO E ABSTENÇÃO



A diferença de comportamento entre os sexos relativamente ao voto pode em parte resultar da maior distância das mulheres em relação à política, devido a uma história social que as remete tradicionalmente para a esfera privada e doméstica em detrimento da sua participação na esfera pública. É nesse sentido que apontam os dados, pois enquanto 44,2% dos homens inquiridos dizem acompanhar a política, as mulheres na mesma situação são apenas 25,8%.

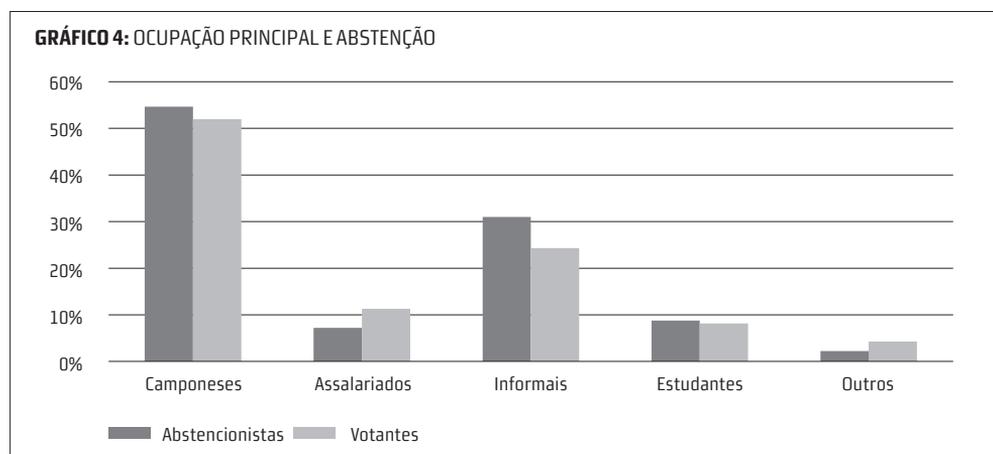
O terceiro factor de ordem social que tem influência na tendência para a abstenção é o nível de escolaridade. Como se pode ver no Gráfico 3, o grupo de pessoas sem escolaridade, ou tendo apenas completado o nível primário, apresentam percentagens ligeiramente mais elevadas de abstencionistas (69,6% de abstencionistas para 66,1% de inquiridos no conjunto desses dois níveis) que o grupo dos detentores de um nível de formação médio, ou superior.

GRÁFICO 3: ESCOLARIDADE E ABSTENÇÃO



Um baixo nível de escolaridade é, em geral, indicador de fraco acesso à informação e ao conhecimento político, o que limita as capacidades de os eleitores nessas condições se interessarem pelo processo político e, nomeadamente, de exercerem o seu direito de voto.

Finalmente, também há diferenças significativas entre os abstencionistas e os votantes em termos de profissão, ou ocupação. O Gráfico 4 mostra que há dois grupos, os camponeses e, com maior destaque ainda, os trabalhadores do sector informal, em que a abstenção é superior ao que seria de esperar. O gráfico mostra, por outro lado, uma tendência claramente inversa no caso dos trabalhadores assalariados do sector formal, que apresentam um nível alto de participação no voto.



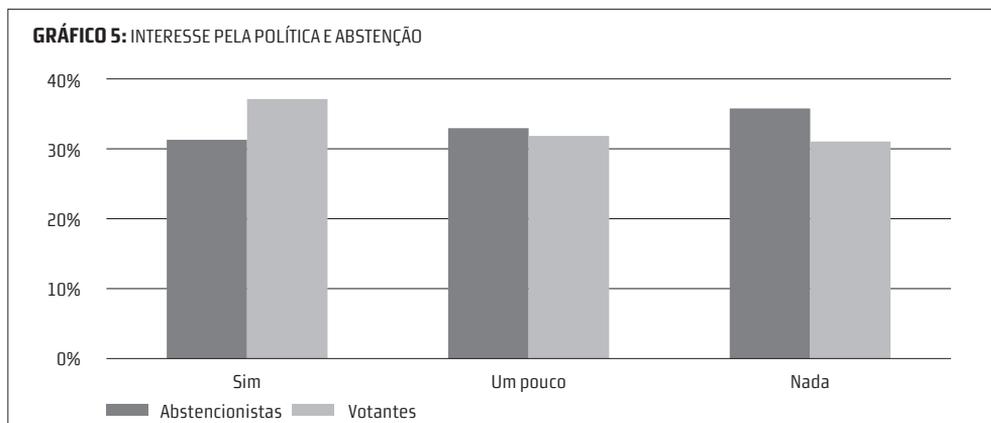
Estas diferenças de comportamento revelam uma clara oposição entre o mundo do Estado moderno, a que corresponde o trabalho assalariado formal, e os mundos da informalidade e da ruralidade, apenas marginalmente integrados na economia moderna e no Estado.

A ABSTENÇÃO COMO DISTÂNCIA EM RELAÇÃO À POLÍTICA

A abstenção é, em geral, a manifestação de um fraco grau de politização.⁵ Assim, olhando para os indicadores de integração dos eleitores no campo político, verifica-se que a menor mobilização dos abstencionistas está relacionada com uma maior distância em relação à política. O primeiro desses indicadores é o grau de interesse pela política. Como se pode ver no Gráfico 5, há uma relação inversa entre o interesse pelos assuntos políticos e a abstenção, ou seja, à medida que o interesse declarado pela política diminui, a abstenção aumenta. Assim, enquanto entre aqueles

⁵ Isso não impede que haja marginalmente uma abstenção politizada, que traduz uma forma de protesto e insatisfação em relação a uma situação particular, ou aos partidos e às instituições políticas em geral.

que disseram não acompanhar nada a política há 35,8% de abstencionistas e apenas 31% de votantes, no seio dos que afirmaram o seu interesse pela política, a percentagem de votantes (37,1%) é superior à dos abstencionistas (31,3%).



Regra geral, a falta de interesse pela política traduz-se num fraco conhecimento das instituições e num igualmente fraco acompanhamento da vida política e dos seus actores. Comparando o nível de conhecimento de figuras políticas nacionais e locais⁶ entre os abstencionistas e os votantes (Gráfico 6), pode-se constatar que também neste caso, como seria de esperar, à medida que o seu conhecimento aumenta, a abstenção diminui. O gráfico mostra que os abstencionistas estão sobre-representados entre os inquiridos menos informados (os que apenas deram entre zero e quatro respostas certas), sendo 48,6% neste caso contra apenas 36,4% para os votantes no mesmo caso.

De alguma maneira, a distância em relação à política significa, ainda que de forma indirecta, uma crítica da política, das suas instituições e actores, na medida em que são incapazes de mobilizar a atenção e o interesse dos cidadãos abstencionistas. Nestas condições, é de esperar que a opinião desses cidadãos sobre os políticos seja bastante negativa e que exprima uma correspondente falta de confiança. Assim, observa-se (Gráfico 7) que os abstencionistas são proporcionalmente mais (53,2% contra 43,4% no seio dos votantes) a manifestarem concordância com a afirmação proposta na pergunta «Os políticos não se preocupam com os problemas da população». De entre os que se manifestaram sem opinião, a diferença entre abstencionistas e votantes é praticamente nula, e para os que discordaram, portanto para os que confiam nos políticos, a tendência inverte-se, com uma percentagem de abstencionistas (38,6%) bem inferior à dos votantes (49,6%).

⁶ O questionário incluía uma pergunta destinada a verificar se o inquirido conhecia o nome de 14 responsáveis políticos a vários níveis. O Gráfico 6 mostra a distribuição dos abstencionistas e dos votantes pelo número de respostas correctas.

GRÁFICO 6: CONHECIMENTO POLÍTICO E ABSTENÇÃO

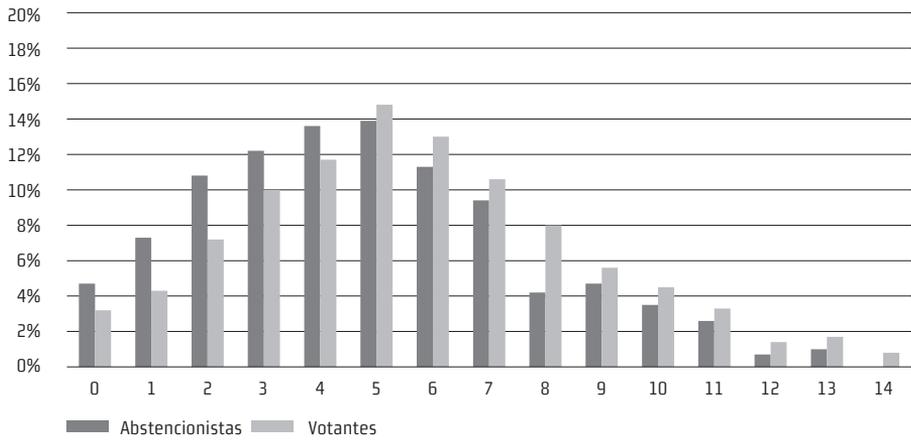
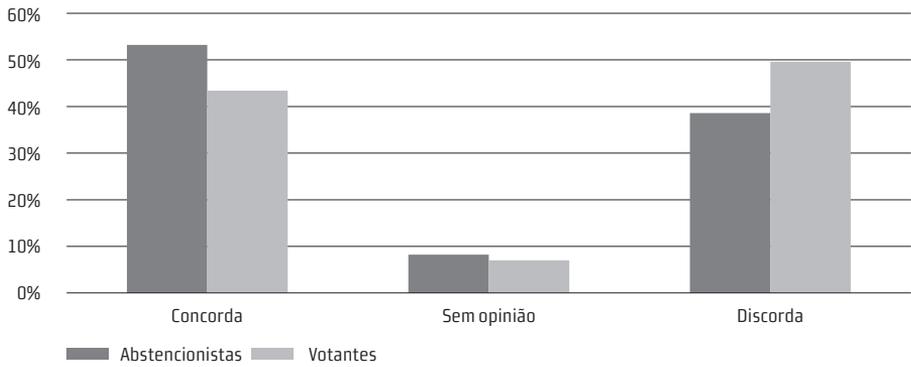
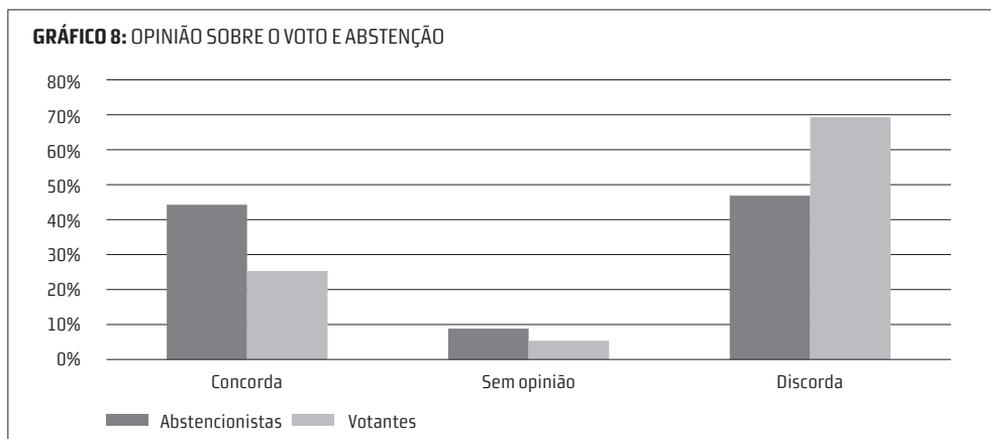


GRÁFICO 7: OPINIÃO SOBRE OS POLÍTICOS E ABSTENÇÃO



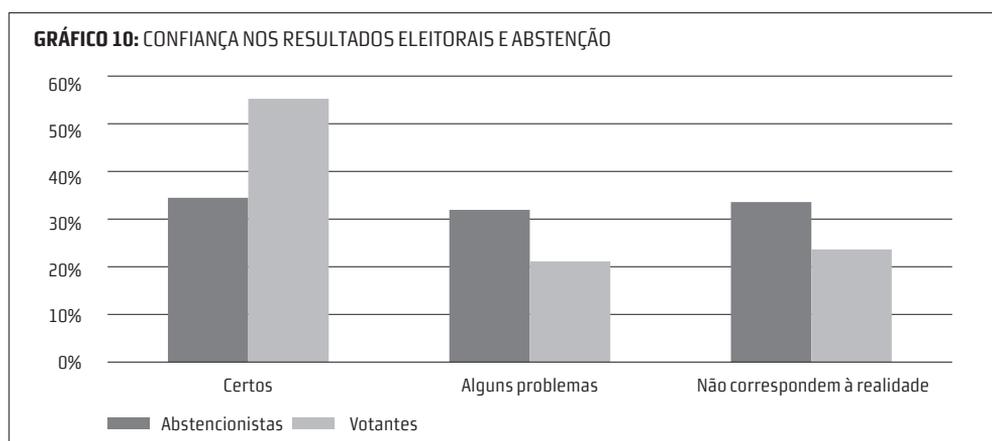
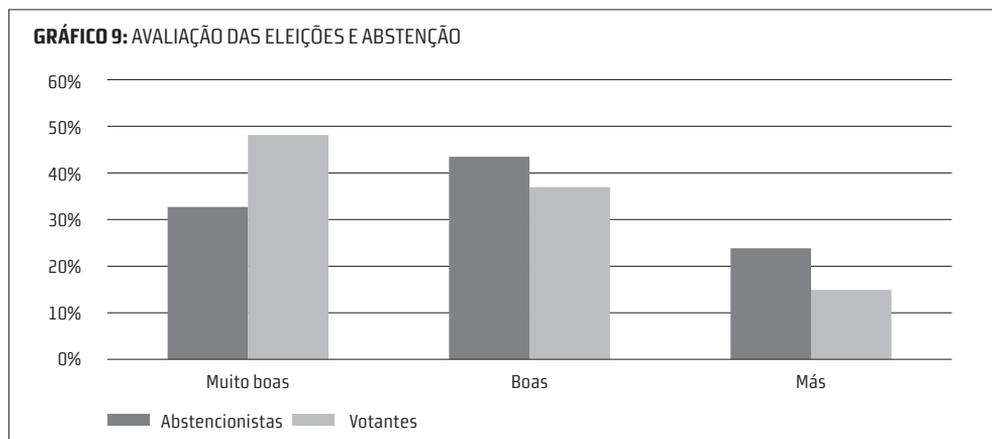
Nesse contexto de fraca confiança em relação aos políticos, verifica-se exactamente o mesmo padrão de respostas no que diz respeito à pergunta que avaliava a concordância, ou discordância, com a afirmação segundo a qual «o voto não muda nada nas suas vidas». Ainda mais que em relação à confiança nos políticos, o contraste é notório entre a percentagem de abstencionistas que concordam com a inutilidade do voto para trazer mudanças (44,3%) e a percentagem dos votantes na mesma situação (25,3%).



Mas a desilusão dos abstencionistas em relação à política e a sua falta de confiança nas instituições tendem a ser mais importantes no seio dos cidadãos que manifestam uma maior proximidade com as ideias, posições e propostas da oposição.

UMA ABSTENÇÃO POLITICAMENTE DIFERENCIADA

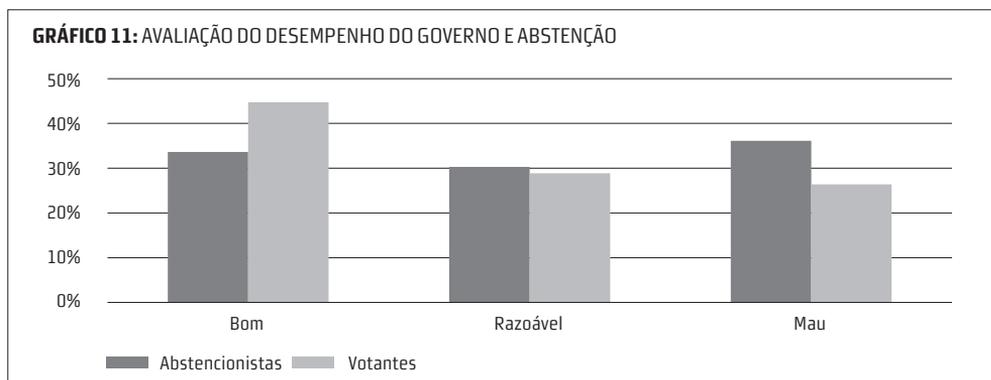
Em primeiro lugar, como se pode ver no Gráfico 9, a avaliação das eleições é bastante mais negativa entre os abstencionistas do que entre os votantes. Assim, a percentagem de inquiridos que consideraram que as eleições foram «muito boas (não houve nenhuns problemas)» é superior entre os votantes (48,1%), em relação aos abstencionistas (32,7%), mas essa relação inverte-se para os que consideraram as eleições apenas «boas (mas com alguns problemas)», 43,5% dos abstencionistas e 37% dos votantes, e para os que declararam que as eleições foram «más (houve muitos problemas)», 23,8% para os abstencionistas e 14,9% para os votantes.



Da mesma maneira, o Gráfico 10 revela que há uma percentagem superior entre os votantes a declarar que os resultados eleitorais estavam «certos» (55,2%), que entre os abstencionistas (34,5%). Ao contrário, há mais abstencionistas que votantes a considerar que os resultados «não correspondem à realidade» (33,6% e 23,6%, respectivamente).

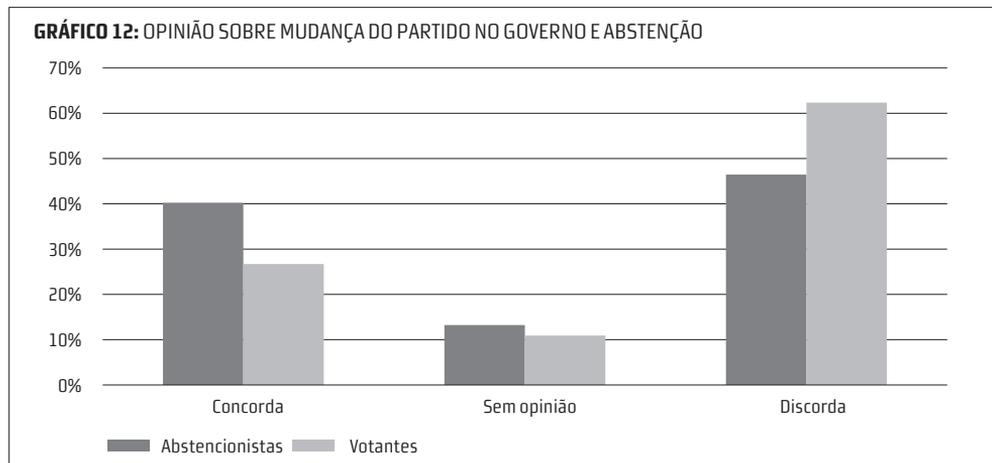
Por outro lado, em termos de avaliação do desempenho do Governo (Gráfico 11), os resultados do inquérito mostram que os abstencionistas são bem mais críticos sobre o seu balanço que os votantes. Ora, essa é uma clara indicação que a abstenção não é simplesmente a expressão da falta de interesse desses cidadãos pelas questões políticas e, portanto, pelo processo eleitoral, mas também, em parte pelo menos, a manifestação de uma crítica à governação. Com efeito, a percentagem de abstencionistas que avaliaram o desempenho do Governo como «bom» é significativamente menor (33,6%) que a dos votantes que fizeram a mesma avaliação (44,7%). Para os que classificaram a governação como «razoável», não existe uma diferença significativa entre os dois grupos, mas, para os que declararam que o desempenho governamental

foi «mau», a percentagem de abstencionistas é claramente superior à dos votantes, respectivamente 36,1% e 26,4%.

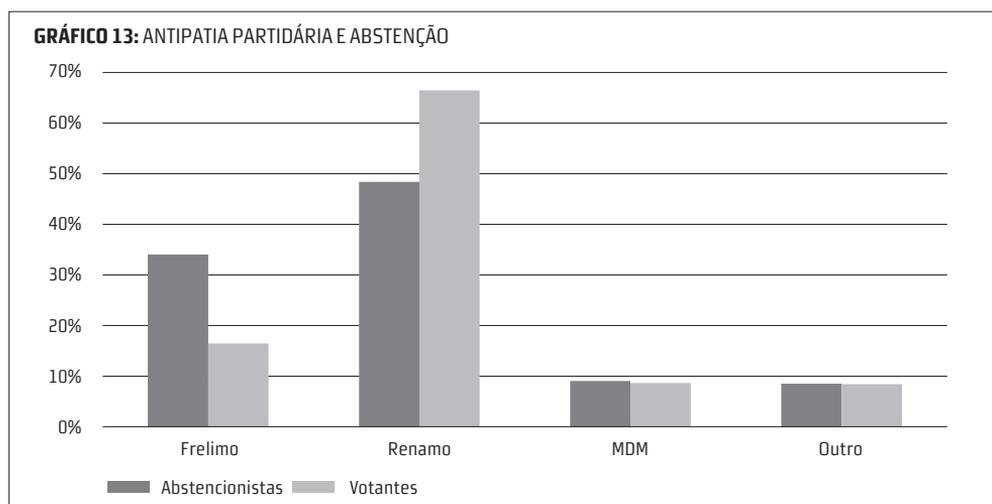


Os dados sobre a questão da avaliação das eleições e, em particular, sobre a qualidade dos resultados eleitorais e sobre a avaliação do desempenho do Governo, dão uma primeira indicação da existência de uma clivagem de natureza política entre os votantes e os abstencionistas, que seriam em grande medida oriundos do eleitorado tradicional da Renamo.⁷ Esta hipótese é reforçada pelos resultados do inquérito no que se refere à relação entre a abstenção e a posição dos inquiridos sobre a necessidade de haver uma mudança do partido governante. Como se pode ver no Gráfico 12, há uma clara diferença de opinião sobre este assunto entre os votantes e os abstencionistas. Enquanto há 40,3% dos abstencionistas que concordaram com a ideia de que era preciso mudar o partido no Governo para que a situação do País melhorasse, a mesma opinião é apenas expressa por 26,7% dos votantes e, inversamente, entre os que discordaram dessa ideia, há uma maior percentagem de votantes (62,4%) que de abstencionistas (46,5%).

⁷ A análise da cartografia eleitoral, e em especial da geografia da abstenção, já tinha dado uma indicação nesse sentido, pois as maiores taxas de abstenção (muito superiores à média nacional) têm-se registado, desde as eleições de 2004, em províncias muito populosas (Nampula e Zambézia), onde historicamente se concentra o eleitorado da Renamo, o que leva a pensar que a abstenção se tenha desenvolvido mais no seio dos simpatizantes deste partido.



Finalmente, os dados do Gráfico 13 confirmam que a clivagem política acima referida é uma realidade. A pergunta que está na base do gráfico pedia aos inquiridos para dizerem se havia algum partido em que nunca votariam. Os resultados são claros: embora a percentagem de votantes que disseram que nunca votariam na Renamo (66,5%) seja bastante maior do que a dos abstencionistas que disseram o mesmo (48,4%), é no seio dos que assumiram que nunca votariam na Frelimo que a expressão da clivagem política é mais notória, pois a percentagem dos abstencionistas (34%) é mais do que o dobro da percentagem correspondente no seio dos votantes (16,5%).



CONCLUSÃO

Os dados aqui analisados permitem concluir, em primeiro lugar, que a abstenção não se distribui na população eleitoral de forma aleatória, ou seja, que há uma fractura social que se reflecte em termos de participação eleitoral e se traduz no facto de certas categorias sociais, nomeadamente os jovens, as mulheres, os menos escolarizados, os rurais e os que desenvolvem as suas actividades no sector informal, serem mais propensas a renunciar ao exercício de cidadania através do voto. Em segundo lugar, os dados revelam que há uma dimensão política na abstenção, reflectindo a falta de confiança no sistema e nas instituições políticas de uma parte do potencial eleitorado da oposição. Assim, uma parte da abstenção observada pode ser classificada como abstencionismo de frustração e protesto, uma prática de algum modo contraproducente que, por sua vez, remete para as dificuldades do processo de construção de um campo político democrático no País e para a fragilidade das suas instituições.